

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A PROBLEMÁTICA URBANA EM DEBATE. O CRÉDITO SOLIDÁRIO COMO POLÍTICA PÚBLICA
PARA HABITAÇÃO

Olivia de Campos Maia Pereira (PUC-Campinas)

A Problemática Urbana em Debate.

O Crédito Solidário como Política Pública para Habitação

Resumo

A intenção inicial deste artigo foi discutir, através dos debates acadêmicos de cada época, as questões referentes à produção habitacional popular baseada na autoconstrução, no período 70 – dias atuais, a partir de resgates como a importância da habitação para a reprodução da força de trabalho. Resgates, aliás, que mostraram tamanha importância e coerência com o que acontece em nossos dias em relação às políticas habitacionais, que se impuseram de forma premente às discussões mais profundas sobre o “atual contexto neoliberalizante”. E impuseram-se através da exploração das relações entre Estado, capital, trabalho e espaço urbano. O que se tornou absolutamente necessário, como forma de estabelecimento de um cenário para a compreensão das dimensões de uma habitação autoconstruída e institucionalizada através do tempo. A pretensão foi então, percorrer de maneira exploratória textos (pós golpe) que expõe os percursos do debate sobre a problemática urbana. Tendo como linha condutora as perspectivas que, como veremos, diminuem na proporção em que se avança o contexto neoliberalizante. E a partir dessa trama buscou-se questionar e relacionar, essas “formas de provisão habitacional” hoje, a partir da análise do Programa Crédito Solidário, bem como entender os percalços de nossa produção acadêmica sobre esta temática.

Vamos iniciar este debate no final da década de 70, onde se via uma intervenção estatal que regulamentava relações entre capital e trabalho, articulava produção industrial e acumulação do capital. Era o Estado funcionando como grande articulador da economia.

É época de publicações como as de Francisco de Oliveiraⁱ, que colocavam o desmanche do poder político das classes populares, a explosão da pobreza urbana, a expansão das periferias e os mais diversos conflitos urbanos no centro da arena de debates sobre a cidade. Eram denunciados serviços, como transportes, saúde e educação que não conseguiam atender a demanda e uma situação habitacional que tentava ser “resolvida” através da autoconstrução, enquanto os modelos do BNH continuavam a ser reproduzidos.

Quando expomos um quadro como este, o que poderia diferenciá-lo do que vemos hoje em nossas cidades? Além de um claro aumento da escala dos problemas?

No pós-golpe, as questões referentes a problemática urbana – incluída aí a habitação - faziam parte de um campo de debates bem amplo, que como nos lembra Tellesⁱⁱ, tratavam principalmente de: produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e contradições urbanas, classes e conflito social, dominação e política e espoliação urbana. Caracterizava-se então uma época onde as descrições dos problemas urbanos nas grandes cidades procuravam estabelecer e refletir relações entre acumulação e pobreza.

Assim, questões como a moradia popular e os processos de periferização faziam com que fossem discutidas relações como autoconstrução da moradia e reprodução do capitalⁱⁱⁱ, desigualdades urbanas e relações de classe, migração e pobreza urbana e reprodução social e Estado.

Durante os anos da ditadura militar, as pesquisas acadêmicas buscavam ler e reler interpretações da história recente, entender percursos e destinos para a sociedade brasileira.

Parece fundamental destacar as intenções da produção de pesquisas na época, pois estas tinham a preocupação de buscar desdobramentos futuros, além de um levantamento empírico ou busca de soluções emergenciais. Destaque importante, pois como veremos mais à diante, além das mudanças a serem apresentadas neste texto em relação ao entendimento da cidade, esta preocupação ou intenção de pesquisa (em lançar-se para o futuro), em consonância, também se modificará.

Voltando às leituras urbanas daquela época, algumas evidências podiam ser levantadas como provas cabais de relações entre arcaico e o moderno, formal e o informal. A autoconstrução, comuníssima prática em nossas periferias esclarecia e atestava relações de super exploração da força de trabalho, e confirmava uma urbanização feita através da expansão de periferias^{iv}.

Passados alguns anos do início deste debate, o país passava pelo processo de “redemocratização”, já na década de 80, e apesar do movimento crítico que vinha da década anterior ser incorporado ao debate vigente, este se diferenciava. Passava a ser mais enfático

em questões relativas à cidadania, demandas populares e institucionalização de formas de participação. Apontavam-se possibilidades de superação das “mazelas” urbanas e inclusão de maiorias, em uma “cidadania ampliada” (direitos e trabalho assalariado).

São inúmeros, nesta época, os trabalhos que relacionaram temas como: cidade e cidadania, mutirão e participação, autogestão e emancipação.

Mas estas apostas, já no início da década de 90 vão se esvaindo e pior, mostrando, na maioria das vezes, seu avesso^v. Não que alguns autores já não esperassem por esse encaminhamento, apontando no mínimo dificuldades de se situar o sentido das evoluções urbanas, apontando incertezas, crises econômicas, hiperinflação, e mudanças do capitalismo contemporâneo. Mas parece que de uma maneira geral, os pesquisadores comprometidos com a problemática urbana passavam agora a se dar conta de que não há mais (ou nunca houve) meios de se reverterem os processos de empobrecimento urbano.

Passa a ser desnudado um capitalismo globalizado, criador de mercados que desqualificam e descartam populações que não conseguem se adaptar à velocidade com que as mudanças acontecem, às exigências de um mercado competitivo e autonomizado – mesmo com instituições democráticas consolidadas. E diferentemente do que muitos falam talvez o Estado esteja mais presente do que nunca, apenas não mais como “grande articulador da economia”, mas como gestor, funcionalizado.

São concebidas ilhas de dinamismo par e passo com regiões descartadas, a economia é financeirizada, assim como as políticas públicas - habitação, revolução tecnológica, alta produtividade, produção flexível.

Flexível como os contratos de trabalho, como o vínculo entre trabalho, empresa e produção de riqueza. Frágeis como as formas públicas de regulação social – é crescente o número de seguros-saúde, previdência, etc.

Com o prolongamento do desemprego e situações de não trabalho, tempos e espaços de experiência social se modificam. Os espaços de moradia, lazer, locomoção e as atividades de sobrevivência se misturam. Há uma nova redistribuição populacional, re-ocupação de espaços, e re-definição de escala de distância e tempo.

E nesse campo de mudanças das representações sociais, podemos perceber a tragédia do ápice (?) da flexibilização das relações trabalhistas. Indivíduos literalmente perdidos e vulneráveis, em muitas facetas de trabalho, mas sem nenhum emprego. Essa flexibilização e individualização fazem com que se perca a dimensão do trabalho como uma questão social pública, esvanecendo-se o campo de conflitos, pois se perde também a dimensão de uma identificação de classe^{vi}.

O que não significa dizer que não existam campos de força e tensão e resistências nessa redefinição de produção e reprodução, mas estas precisam ser problematizadas e até mesmo identificadas.

Redefinidas também são aquelas relações entre arcaico e moderno colocadas na década de 70. O atraso se referiria agora a uma urbanização caótica, um inchaço do setor terciário, uma economia de subsistência e trabalho informal, tudo isso em meio a uma “moderna” economia urbana.

As privatizações são um ponto interessante a se citar nessa trama, pois estas também colaboraram para uma mudança nas representações sociais. Uma vez privatizados os serviços urbanos, os modos de intervenção política também são alterados e passam a ser mero reguladores de mercados. E os direitos do “cidadão” tornam-se direitos do consumidor ^{vii}.

Para Harvey (1996), o encolhimento do Estado e movimento de capitais, resulta em um “empresariamento urbano”, onde a noção de política e planejamento urbano se esvai. E tudo vira mercadoria, inclusive a cidade. Que, como nos lembra Arantes, é a novidade dessa nova fase do capitalismo, em que as cidades passaram elas mesmas a serem geridas e consumidas como mercadorias (ARANTES, 2000).

Algo importante de se observar na forma atual de nossas cidades são os fluxos migratórios. Que de consideráveis na década de 70, onde ainda havia um mercado de trabalho unificado e a construção de uma estrutura urbana ampla, passam já na década de 80 a sofrer uma interrupção – ou mesmo estagnação - evidenciada pela interrupção do ciclo histórico de mobilidade ascendente ^{viii}.

O que fica ainda mais claro com a chegada da década de 90, quando o país entra definitivamente no compasso do capitalismo contemporâneo e abre-se aos mercados globalizados.

Mas apesar de mais claras as impossibilidades de ascensão social, a cidade continua a crescer periféricamente, só que não mais por causa de fluxos migratórios (que chegam a ser inclusive negativos), trata-se de uma mobilidade interna, travada por uma série de fatores, ainda não tão claros ^{ix}.

Isso significa dizer que, se antes esses deslocamentos traduziam uma maneira de inserção, agora denotam uma trajetória de exclusão, cada vez mais rumo à periferia da periferia (geralmente em áreas de proteção ambiental “sem” fiscalização) ^x.

Um último ponto a ser tocado no intuito de se entender o atual estado das coisas, trata da descentralização, instituindo a gestão de problemas sociais a municípios, que por sua

vez geram programas de combate à pobreza, e que ainda des-sintonizam – pela raiz - lutas contra a desigualdade, que “parecem” ser escamoteadas.

Essa leitura de nossa cidade percorre toda a década de 90 e é corporificada por Francisco de Oliveira^{xi}, quando este compara o grau de diferenças, defasagens e desarticulações metropolitanas a um ornitorrinco. E segue neste raciocínio, questionando o que significa inserir “políticas sociais” neste campo, sugerindo que políticas públicas que “incorporam exceções”, “funcionalizam a pobreza” e “administram” tudo isso, só podem ser tratada como anti-políticas.

Neste espectro encaixam-se perfeitamente muitas das atuais políticas para habitação popular, focalizadas, para os “excluídos”. A pobreza passa a ser gerida, naquilo que é posto como possível para as políticas neoliberais.

Na arena das relações de força, campos políticos e principalmente nas formas de representação dos agentes sociais também se configuram mudanças. Consolida-se um tipo de fragmentação que atravessa relações sociais, destaca minorias.

Isso parece explicar porque, também o rol de direitos se flexibiliza, afinal estes passam a ser regidos através de “ondas gestionárias”^{xii}. Assim como outras questões, como trabalho e cidadania, parecem não representar mais sentido, pois como visto, esfacelaram-se suas bases de sustentação históricas^{xiii}.

Este parece ser o ponto mais tenso de todo o debate, pois se aponta claramente para um presente que não tem mais suas experiências relacionadas com expectativas futuras. E da mesma maneira que se autonomizam políticas, também vão junto nossos espaços críticos. Basta notar a quantidade de pesquisas que acompanham a busca de resoluções de urgências e propostas de curto prazo, ou que denunciam misérias e enaltecem o que poderia ter sido e não foi. Em consonância, temos também uma análise social fragmentada, sendo assim, não mais se conseguem “lançar linhas de fuga para o futuro”^{xiv}.

O que nos sugere um duplo esforço, pois se o próprio problema parece ainda não estar bem posto (necessidade de construção de bases descritivas), também nossos clássicos parâmetros de análise parecem não mais dar conta de explicar o deslocamento de conceitos importantes.

TELLES^{xv} nos coloca algumas questões com intuito de auxiliar nesse esforço exploratório. Seriam estas:

Questão empírica: através da análise das trajetórias da cena urbana poderá se ter alguma pista sobre as lógicas e dinâmicas societárias.

Questão política: ao mesmo tempo em que passa a ser quase impossível a diferenciação entre lícito-ilícito, formal, informal, público e privado, celebram-se fóruns públicos de participação, em suas formas institucionalizadas, seria possível determinar mediações entre essas situações?

Questão teórico-metodológica: para a construção de nosso atual objeto, sem que recorramos às nossas velhas crenças positivistas, se faz necessário antes de se tentar solucionar teoricamente o que acontece, investigar experiências, ir fundo às práticas efetuadas nas cidades.

Através dessas questões talvez conseguir-se-ia ao menos identificar as múltiplas novas relações, como grileiros e mercados imobiliários ilegais, alta cooptação política, inserção de entidades assistenciais, regimento de crime organizado transpondo barreiras “legais”. E perceber que as dualidades, antes mais explícitas, encontram-se agora mais fragmentadas, mas não por isso menos intensas.

Depois de passarmos pelos contextos brasileiros urbanos, e seus reflexos em seus respectivos debates, falar da autoconstrução como política pública hoje parece apenas a confirmação de uma gestão de precariedades.

Dentro do contexto apresentado dos anos 80, das lutas pela democratização, a autoconstrução apareceu junto a autogestão. Como uma maneira de se reafirmar uma autonomia, com dimensões emancipatórias (ao menos era a aposta) dos movimentos populares da época, e principalmente como forma de se contrapor às políticas do BNH e COHAB's.

Este veio “emancipatório” pareceu vir ao encontro das aspirações da produção acadêmica da época, como vimos, muitos arquitetos principalmente, abraçaram esses mutirões como uma maneira das classes populares conseguirem sua habitação. E também como uma maneira desses profissionais se inserirem neste “vasto campo”, com algum “comprometimento social”^{xvi}. Em paralelo à isso, com menos intensidade, outros campos de debate continuavam a correr e podem ser resgatadas questões referentes ao significado da casa própria^{xvii}, e o próprio rebaixamento do custo de reprodução – incluído por Francisco de Oliveira na “Crítica à razão dualista”, como visto.

Depois dessa década, chamada por alguns de fase heróica dos mutirões autogeridos^{xviii}, parecem começar a ser perdidas algumas das prerrogativas, que faziam desta prática algo com possibilidade de associação à emancipação. Fato que, entendido junto ao contexto das mudanças em nossa cena urbana e política, não fica muito difícil de entender.

Inserem-se então no debate sobre essa questão, pesquisas que buscam relacionar essas “mudanças” de caráter às mudanças ocorridas em nosso contexto político e econômico, tentando puxar seus inúmeros desdobramentos^{xix}.

As reflexões vindas deste debate são extremamente importantes em um contexto que continua a se utilizar de políticas que se assentam no trabalho gratuito para resolver problemas habitacionais. Seus maiores significados seguem ainda desdobrando-se em meandros ainda desconhecidos.

Entram em cena, financiamentos internacionais, movimentos formados apenas para obtenção destes financiamentos, novas mediações entre Estado e Movimentos, e velhas formas de acumulação.

Entram novos argumentos, novas relações são estabelecidas e a nossa “trama” vai sendo tecida por sobre outras e tantas vezes não conseguimos sequer desenrolá-la para que tentemos entender o que e como se passou, que dirá imaginarmos o que ainda poderá ser tramado.

Um último exemplo a ser citado, resultado de pesquisa recém finalizada, é o entendimento de um dos mais novos programas do governo federal para habitação de baixa renda. O programa Crédito Solidário, que teve sua concepção na base de muitos movimentos de moradia, consolida-se como política pública, coloca as associações de moradores (que devem se institucionalizar para participar dos processos de seleção) como “agentes técnicos sociais”, tem seus financiamentos (a juros zero) individualizados e o mutirão como principal forma de construção.

Trata-se de um dos mais burocráticos programas do governo federal, a quantidade de documentação a ser enviada pelas associações chega a ser inimaginável (lembrando que entram aí a documentação de uma Assessoria técnica – obrigatória vinculação – e de um pré projeto arquitetônico e urbanístico). Mais um ponto a ser lembrado é a cláusula do programa que coloca a inserção desses conjuntos em áreas urbanas consolidadas – o que tem sido inviável quando se observa o recurso disponibilizado.

Quais argumentos e relações deste “novo” programa poderiam ser relacionados à discussão apresentada? Que “novos” elementos foram inseridos? Como funcionam estas novas mediações?

Alguns desses argumentos podem ser recuperados a partir das considerações finais que serão apresentadas abaixo, sobre as quais pretende-se demonstrar além de alguns resultados acerca da pesquisa sobre o Programa Crédito Solidário, a forma como tem se dado essas novas mediações entre os agentes sociais envolvidos na produção habitacional.

A pesquisa supracitada buscou apresentar a inserção de um Programa Habitacional de nível Federal (concebido através de participação popular), em nossa conjuntura econômica, política e social. O Crédito Solidário, nasceu por força popular, com formato diferenciado, e muitas expectativas de inovação. Inspirado em práticas bem sucedidas de autogestão e cooperação, como a gestão petista em São Paulo em 1989-1992 (Luiza Erundina) e as Cooperativas Uruguaias de Habitação, o Programa conseguiu se formalizar com a ascensão petista ao governo federal em 2002, momento em que se sentiu condição política e institucional para levar adiante uma proposta que afirmasse a importância de grupos populares organizados.

Por se tratar de um Programa ainda em construção, são pouco mais de 2 anos de funcionamento, alguns resultados ainda são bastante parciais, uma vez que os primeiros conjuntos habitacionais entregues através do Programa datam de dezembro de 2005. Muitas mudanças de rota já foram efetuadas apesar do pouco tempo de voga, mas ainda é cedo para que se notem resultados efetivos, que só poderão ser analisados por meio de cuidadosos estudos pós-ocupacionais. O próprio processo ainda é muito próximo para se analisar; como saber quais as comunidades que manterão sua organização, ou as que a tiveram fomentada por causa do Programa? Assim como outras análises, só serão melhor compreendidas com o passar de alguns anos.

Mas, apesar dessas ressalvas, foi possível realizar uma análise mais geral, apontando importâncias e conseqüências da inserção de um Programa como este em nossa conjuntura. Alguns avanços já podem ser delineados, bem como retrocessos e estagnações, o que deve contribuir para outras mudanças de rota que ainda existam.

Um dos pontos importantes, que fazia parte da concepção original do Programa, e parece ter se perdido foi a valorização da elaboração coletiva das formas de convivência, desde a execução das moradias até a formação comunitária da Associação.

Outro ponto importante de análise do Programa, que independe de seu tempo de funcionamento, e esclarece o jogo de forças existente entre os agentes envolvidos no processo, se baliza nas diferenças entre concepção e forma de implantação do Programa - de uma proposta que incorporava a gestão de dinheiro público por entidades populares organizadas, passou-se à um financiamento individualizado. Outras mudanças aconteceram também por causa da institucionalização, e serão tratadas mais à frente, mas nenhuma que alterasse tão profundamente a principal proposta do Programa, ao ponto de muitas entidades já terem perdido grande parte das expectativas, enquadrando-o apenas como mais um Programa de financiamento habitacional.

Como visto, o Programa Crédito Solidário traz consigo uma complexa rede de expectativas e relações, portanto, como forma de sistematizar as questões levantadas durante o artigo, a título de considerações finais, essas questões serão agrupadas em 3 grandes eixos. Que apresentados em análises de macro e micro escala buscarem responder a pergunta: Mudanças no cenário?

1. Forma de provisão: Mudança no cenário?

Em uma análise de macro escala, como uma nova forma de financiamento habitacional, o Crédito Solidário apresenta algumas mudanças significativas, tais como o “juros zero”. Outras mudanças importantes possibilitadas pelo Programa são as associações entre grupos de moradores organizados e Assessorias Técnicas, o que de uma maneira geral tem resultado em projetos residenciais de maior qualidade.

Mas esses avanços, diante do quadro de déficit habitacional e da necessidade de um Programa que atenda famílias na faixa de renda até 3 salários, ainda representam muito pouco. O que pode ser comprovado através da quantidade de pedidos recebidos, aprovados e em construção.

O CRESOL não consegue estruturar uma política federal de habitação, apesar de ter o mérito de centralizar a solução de um problema de ordem estrutural na esfera governamental federal. O que também ainda precisa ser melhor resolvido, uma vez que a participação das esferas estaduais e municipais, muitas vezes, não aparece.

Poder-se-ia considerar o Programa então, como uma política afirmativa para grupos populares organizados, pois consegue atingir uma faixa de renda que historicamente esteve à margem da grande maioria dos Programas de financiamento habitacionais. O que remete a uma discussão maior, sobre políticas compensatórias, emergenciais, que, como dito mais acima, não estruturam uma política federal para resolução do problema habitacional para essa faixa de renda.

Por outro lado, caso um Programa como esse não seja tratado como política compensatória, e de alguma maneira consiga ser estruturado, cabe ainda uma pergunta. O que significaria sua generalização, quais seriam as conseqüências da instituição das relações entre os agentes envolvidos que o Programa propõe?

Uma importante dimensão, que se perdeu (ou cabe ainda perguntar se chegou a existir) é o sentido da cooperação como uma nova forma de provisão habitacional que o Programa possibilitaria. Diferentemente das Cooperativas Uruguaias, uma das inspiradoras do Programa, o CRESOL tem sua atuação focada exclusivamente na construção da habitação.

Não há, apesar da inserção da participação popular (que se dá de formas muito diversas em cada caso) uma gama de relações entre os associados que se estenda além da questão habitacional, através da criação de vínculos por meio do trabalho coletivo. Muitas vezes essas relações sequer precederam a organização popular para obtenção do financiamento, são inúmeras as entidades que se estabeleceram em função exclusiva da necessidade de institucionalização imposta pelo Programa. Fica a dúvida se essas organizações, fomentadas pelo CRESOL se fortalecerão e continuarão a existir, e mais, se estas conseguirão estender suas relações para além da questão habitacional, a exemplo dos princípios da economia Solidária. Ou ainda, se conseguirão, a exemplo de alguns dos mutirões bem sucedidos da gestão petista em São Paulo no final da década de 80, fazer uma reconstituição de tecido social, por via dos Movimentos, em um momento de desestruturação econômica, política e social.

Ainda enquanto análise de uma nova forma de provisão, o Programa remete a velhas questões, trazidas pelos mutirões habitacionais baseados na autoconstrução - uma vez que o mutirão é a principal forma de construção, embora não obrigatória, escolhida pelas entidades participantes do Programa. O sobretrabalho, e a autoconstrução como forma de salário não pago remetem ao debate proposto por Francisco de Oliveira (e apresentado ao longo deste trabalho) ainda na década de 70, no qual essas formas de construção da casa própria contribuiriam para a acumulação capitalista e para o rebaixamento dos salários, uma vez que o item moradia acaba por sair do custo do salário.

Sob uma análise em “micro” escala, serão analisados os seguintes itens: materiais, projeto arquitetônico e urbanístico, inserção na malha urbana, novas tecnologias e organização das relações de trabalho dentro dos mutirões.

Por haver a participação de Assessorias Técnicas, muitas delas com extenso histórico de atuação do junto a Movimentos Populares de Moradia, é notório um avanço na qualidade dos conjuntos habitacionais produzidos. Tanto sob o aspecto da construção da moradia, como do projeto do conjunto, com a preocupação de inserção de áreas de lazer e implantação. Pode-se observar também nos projetos, uma preocupação com especificidades regionais, como clima e relações sociais, demonstradas por meio do uso de materiais locais, concepções diferenciadas de projeto e implantações.

Em alguns projetos houve utilização de tecnologias novas, principalmente na organização do canteiro de obras, buscando a facilitação do trabalho humano.

Sobre a localização dos conjuntos próximos aos centros - como proposto pelo Programa, pode-se dizer que nas grandes capitais isso não aconteceu. Um dos princípios

básicos do CRESOL é a inserção junto à malha urbana, como garantia de acesso à terra urbana servida de infra-estrutura e como contra-ponto aos grandes conjuntos habitacionais construídos em periferias longínquas. Em grande parte por causa do valor da terra nas grandes capitais, em comparação ao valor financiado pelo Programa, foi impossível para a maioria das entidades participantes em grandes capitais, conseguir uma boa localização na cidade. O que acaba por gerar uma não integração desses conjuntos à cidade, de maneira geral, fazendo com que as dimensões de projeto integrado: habitação, infra-estrutura, relações sociais e acesso à serviços se percam, recaindo mais uma vez na questão da construção habitacional de maneira estanque.

2. Interloquções entre os agentes. Mudança no cenário?

O cenário atual, político econômico e social, por si só, já estabeleceu algumas mudanças nas relações entre os agentes envolvidos em processos como o do Programa Crédito Solidário, no qual devem interagir poder público, movimento popular organizado e Assessorias técnicas.

Mudanças como o aparecimento de organizações não governamentais legalmente instituídas, instrumentos participativos de gestão urbana, canais descentralizados de participação e fragmentação de grande parte dos movimentos populares, devem ser entendidas em um contexto de globalização, sob a construção, por agências internacionais, de “propostas alternativas” para os problemas do terceiro mundo.

Sob uma análise de macro escala, o que significa o Programa CRESOL nesse cenário? Pode-se considerar que ele fomenta essa fragmentação dos Movimentos, responde às exigências do Banco Mundial e outras instituições internacionais? Ou pode-se considerar algum ponto de resistência a essas questões, uma vez que o Programa tenta articular nacionalmente, mesmo com pouca integração entre as demais esferas governamentais, uma política de acesso à habitação para baixíssima renda, com fomento à participação popular organizada?

As análises em macro escala do Programa, no que se refere às interloquções entre os agentes envolvidos, são sem dúvida um ponto fundamental e esclarecedor em relação ao tipo de política que vem se desenvolvendo. E, portanto, é algo que, para o momento, podem apenas ser lançadas perguntas, indagações que busquem a reflexão sobre pontos como o alavancamento das organizações populares, politização e reconstrução de tecido social. Cabem ainda, nesse bojo, questões que remontam à discussão sobre Estado Mínimo para políticas sociais, o que ficaria claro quando o Estado, através de um Programa como esse,

envolve junto à demanda (apresentada via Movimentos organizados) agentes como, Assessorias Técnicas, Sindicatos, Cooperativas, etc.

Em uma análise menos abrangente podem ser observadas algumas mudanças nas relações entre os agentes locais envolvidos. Algumas organizações populares associaram-se a outras para enviar o Projeto ao governo federal, expandindo relações, bem como a necessidade de associação a sindicatos ou cooperativas que fornecessem bases legais aos Movimentos suscitou uma ampliação nas formas de organização desses movimentos. Mesmo que não se tenham ampliado as discussões sobre temas relacionados à moradia, como outras conquistas sociais incluídas no rol de direitos.

Sobre as associações entre os agentes locais pode-se dizer também, que trouxeram à tona questões referentes às especificidades e necessidades locais, evitando soluções padrão (de projeto e organização), tão repetidas pela maioria dos Programas Habitacionais.

3. Participação: Mudança no cenário?

A grande mudança esperada quando o Programa foi concebido está exatamente colocada neste item, participação. Essa mudança se daria por meio da gestão do dinheiro liberado pelo governo federal direto em nome da Associação representativa do movimento popular. O que, como visto, não aconteceu e, mesmo se tivesse acontecido, caberiam algumas perguntas.

O controle social esperado na questão da habitação poderia realmente ser efetivo por meio de um Programa com o alcance do CRESOL? Não seria apenas uma gestão partilhada de dinheiro público, uma vez que haveria rigoroso controle de prestação de contas? Mesmo que assim o fosse, essas dimensões poderiam representar mudanças na estrutura de controle social? Em que medida?

A participação popular, bem como a ação dos outros agentes envolvidos, como desenvolvido ao longo deste trabalho, sofreram profundas modificações que se refletem em suas interações hoje, como visto através do Programa Crédito Solidário.

A fragmentação imposta pelas condições sócio-econômicas e políticas, que atinge todos os níveis de representação, se faz clara ao se analisarem as demandas referentes ao Programa hoje e compararmos com as demandas dos movimentos populares que trabalharam nos mutirões dos anos 80. Essa fragmentação levou à uma forte despolitização, que se reflete por exemplo no direcionamento da reivindicação por habitação. Trata-se de uma reivindicação com fim nela mesma, perderam-se os horizontes mais amplos de debates e unicidade por melhores condições de vida nas cidades.

Assim, em uma visão mais próxima, local, o que teria restado das dimensões daqueles mutirões que inspiraram o Crédito? Além das óbvias diferenças de contexto que esses 15 anos impõem, o que veio da tentativa de resgate daquele período?

Para que essa questão do resgate seja inserida deve-se primeiro registrar que existem grandes diferenças entre os níveis de participação em cada projeto financiado pelo Crédito Solidário. Diferenças, em grande parte, devidas ao histórico de engajamento político das Associações e Assessorias. Muitos desses agentes viveram o referido período de “mutirões bem-sucedidos”, e se esforçaram em transpor muitos daqueles objetivos. Observam-se nesses projetos maior participação do Movimento no projeto arquitetônico, no desenrolar burocrático da liberação do financiamento, nas relações entre os demais agentes e principalmente no nível de politização, refletido através da participação de lideranças em Conselhos e outros canais institucionalizados ou não.

A partir das considerações apresentadas acima, sobre o Programa crédito Solidário, é possível que se estenda o debate apresentado neste artigo. Como um último desdobramento da produção habitacional com a presença da autoconstrução, uma vez que a forma mutirão é a principal no Programa. Seria uma continuidade da “gestão da pobreza”? Adaptadas às realidades e necessidades contemporâneas, como visto, mas ainda como forma de solucionar situações emergenciais.

Cenas que se camuflam, se deslocam, vestem-se de infindas camadas interpretativas e continuam calando a crítica em meio ao atropelo da gestão de nossas também infindas emergências.

Referências bibliográficas

- ARANTES, Otília, *et alli*. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, Pedro. **Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefevre**. Trabalho de Graduação apresentado à FAU USP, mimeo.
- ARANTES, Pedro. **Reinventando o canteiro de obras**. Artigo em livro: Arquitetura Moderna brasileira. Editora Phaidon, London, 2004.
- BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1985.
- BONDUKI, Nabil. **As origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CARVALHO, Caio Santo Amore. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo anos 90 e atualidade**. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Coleção Fundamentos. Tradução equipe Aldeia Global. São Paulo: Aldeia Global, 1979.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FELIPE, Joel Pereira. **Mutirão e autogestão no Jd. São Francisco (1989-1992): Movimento de moradia: lugar do arquiteto** São Carlos, 1997, dissertação de mestrado, EESC – USP.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

KHOURY, Ana Paula. **Grupo Arquitetura Nova**. Dissertação de Mestrado apresentada à EESc USP, mimeo, 1999.

MARICATO, Ermínia. Auto-construção, arquitetura possível, In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ômega, 1979. E RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras. Habitação e especulação. O direito à moradia. Os movimentos populares**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

OLIVEIRA, Chico. Crítica à razão dualista: o ornitorrinco. São Pulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISES, Jose Alvaro e outros. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **Economia brasileira: Crítica à Razão Dualista**. In Estudos CEBRAP, São Paulo, nº2.

RIZEK, Cibele Saliba e LOPES, João Marcos. **O mutirão autogerido como um procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica**. São Paulo: Coletânea Habitare, 2003.

RIZEK, Cibele Saliba, *et alli*. **A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões**. (no prelo).

TELLES, Vera da Silva. **Parte I: Pontos e linhas. Capítulo 1: Debates: a cidade como questão**. (no prelo).

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simell**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ⁱ OLIVEIRA, Francisco. Acumulação monopolista, Estado e Urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISES, Jose Alvaro e outros. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. São Paulo: CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

ⁱⁱ Em seu texto: TELLES, Vera da Silva. **Parte I: Pontos e linhas. Capítulo 1: Debates: a cidade como questão**. (no prelo). E é um dos textos bases para a produção deste trabalho.

ⁱⁱⁱ Importante lembrar nesse debate as relações estabelecidas com a diminuição dos salários, expansão capitalista e exploração da força de trabalho – bem descritas por OLIVEIRA, Francisco de. **Economia brasileira: Crítica à Razão Dualista**. In Estudos CEBRAP, São Paulo, nº2.

^{iv} Ver: MARICATO, Ermínia. Auto-construção, arquitetura possível, In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ômega, 1979. E RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras. Habitação e especulação. O direito à moradia. Os movimentos populares**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

^v Ver: ARANTES, Otilia, *et alli*. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

^{vi} Ver em TELLES, op.cit. Na década de 70, os movimentos sociais colocavam uma relação política com a cidade, a medida que explicitavam contradições urbanas, que reivindicavam equipamentos e serviços de consumo coletivo para as periferias distantes. Eram formadas assim, as base dos movimentos sindicais que marcaram a década de 80. Havia então, uma clara relação: cidade, estado e política.

^{vii} TELLES, V. P. 10, op. Cit.

^{viii} O que aumentava agora era a dos que desciam da pirâmide social.

^{ix} Mas podem ser citadas, a especulação imobiliária, a fragilização das relações de trabalho, além da óbvia questão da precariedade e, tantas vezes ausência, de políticas habitacionais.

^x TELLES, V. P. 22, op. Cit.

^{xi} OLIVEIRA, Chico. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Pulo: Boitempo, 2003.

^{xii} Termo utilizado por TELLES, op. cit.

^{xiii} Parece importante lembrar que apesar das inúmeras mudanças apontadas, a acumulação capitalista não mudou, apenas suas formas – como visto. Os deslocamentos a serem considerados nesse sentido são da indústria para os serviços, do assalariamento para o trabalho informal e do emprego para o desemprego.

^{xiv} Termo utilizado por TELLES, op. cit.

^{xv} Termo utilizado por TELLES, op. cit.

^{xvi} Este debate, já bastante estudado, pode ser marcado com início no grupo Arquitetura Nova (ver KHOURY, Ana Paula. **Grupo Arquitetura Nova**. Dissertação de Mestrado apresentada à EESC USP, mimeo, 1999 e ARANTES, Pedro. **Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefevre**. Trabalho de Graduação apresentado à FAU USP, mimeo e ARANTES, Pedro. **Reinventando o canteiro de obras**. Artigo em livro: *Arquitetura Moderna brasileira*. Editora Phaidon, London, 2004) com ecos principalmente na década de 80, até hoje.

^{xvii} Temática discutida em BONDUKI, Nabil. **As origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. Ver também: ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Coleção Fundamentos. Tradução equipe Aldeia Global. São Paulo: Aldeia Global, 1979. ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985. BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Estúdio Nobel, 1985.

^{xviii} Ver trabalhos como: FELIPE, Joel Pereira. **Mutirão e autogestão no Jd. São Francisco (1989-1992): Movimento de moradia: lugar do arquiteto** São Carlos, 1997, dissertação de mestrado, EESC – USP.

^{xix} Sobre este debate não pretendo me aprofundar aqui, indicando para tanto: RIZEK, Cibele Saliba, *et alli*. **A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões**. (no prelo) e RIZEK, Cibele Saliba e LOPES, João Marcos. **O mutirão autogerido como um procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica**. São Paulo: Coletânea Habitare, 2003. CARVALHO, Caio Santo Amore. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo anos 90 e atualidade**. Dissertação de mestrado apresentada à FAUUSP, 2004.